

O CAPITAL SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE E COMBATE À VIOLÊNCIA URBANA

Mário Ferreira da Silva MÉLO¹

“Se fores me espancar, melhor que me dêes apenas uma tapa. Se fores me dar uma tapa, melhor que me xingues. Se fores me xingar, melhor que me repreendas. Se fores me repreender, melhor que converses comigo. Se fores conversar, então que conversemos.”

(Programa cultura cidadã – Bogotá, 1995)

RESUMO

Nos últimos anos, o tema capital social tem sido tratado como uma nova forma de reflexão sobre a dinâmica e a organização das sociedades. Atua como uma ferramenta em que à medida que se reproduz, também potencializa as chances de desenvolvimento e regeneração do tecido social. Trata-se de uma articulação entre os atores que propiciem combater o individualismo e a perda do senso de pertencimento que provoca a erosão das bases de convivência coletiva, desencadeando uma desarticulação e a degradação social. Um dos principais indicadores do desequilíbrio nos estoques de capital social reflete-se, sobretudo na expansão da violência nos grandes centros urbanos, tanto do mundo subdesenvolvido como nos países ditos “emergentes”. Contudo, inúmeras iniciativas estão se mostrando positivas como o programa de combate a violência na cidade de Bogotá, que através de medidas de resgate do capital social e mudanças na estrutura das políticas públicas, conseguiu, em 10 anos, transformar uma das cidades mais violentas do mundo em um das mais seguras. A cidade do Recife ocupa atualmente as primeiras posições no ranking das mais violentas do Brasil. Cabe, no entanto, uma reflexão se o caso colombiano seria uma esperança concreta para os recifenses.

Palavras-chaves: Capital social, violência urbana, Bogotá, Recife.

ABSTRACT

In recent years, the subject capital stock has been treated as a new form to reflection on the dynamics and the organization of the societies. It acts as a tool where to the measure that if reproduces, also it extends the development possibilities and regeneration of the fabric social. One is about a joint between the actors whom they propitiate to fight the individualism and the loss of the belonging sense that provokes the erosion of the bases collective, unchaining a disarticulation and the social degradation. One of the main pointers of the disequilibrium in the supplies of capital stock is reflected, over all in the expansion of the violence in the great urban centers, as much of the underdeveloped world

¹ Mestrando em Geografia pelo PPGEU/UFPE – mfmelogeografia@hotmail.com.

as in the said countries “emergent”. However, innumerable initiatives are if showing positive as the combat program the violence in the city of Bogota, that through measures of rescue of the capital stock and changes in the structure of the public politics, obtained, in 10 years, to transform one of the cities most violent of the world into one of safest. The city of Recife currently occupies the first positions in ranking of most violent of Brazil. It fits, however, a reflection if the Columbian case it would be a concrete hope for the recifenses.

Key words: Social capital, urban violence, Bogotá, Recife.

1. INTRODUÇÃO

Discutir a violência é retratar uma temática tão antiga que se confunde com a história da própria humanidade. Quantos fatos e ocorrências históricas foram decididos e estiveram relacionados a atos violentos? Quantos impérios nasceram e sucumbiram? Quantos inocentes pagaram por atos insanos de grandes ditadores? Eis que a violência se revela de tantas formas e com tantos níveis de gravidade e sofisticação quanto à combinação das imagens de um caleidoscópio.

A busca pelo seu entendimento e por maneiras de coibir o seu desenvolvimento vem ocupando um papel cada vez mais importante nos centros de pensamento e planejamento social, sobretudo no atual contexto de uma sociedade contemporânea e globalizada. As escalas perpassam cenários diversos, sejam guetos de marginalizados em grandes cidades da América Latina, Ásia e África, lutas tribais entre grupos rivais, separatismos de ordem político-religiosa, intervenções territoriais com finalidades econômicas, o assédio moral no local de trabalho ou mesmo as escoriações, fraturas e humilhações provocadas pela violência doméstica.

O que há em comum em toda essa esfera supracitada? Os atores envolvidos. Independentemente da idade, cor, religião, motivação política, classe social ou grau de instrução, o ser humano, desde o indivíduo até as redes de ações e comportamentos de um tecido social interdependente é o centro desse problema. Em um mundo contemporâneo determinado pela força e articulação do capital, o ser humano também passa a ser visto como capital. Um capital social.

Podemos selecionar alguns eixos ordenadores para ancorar e nortear a nossa reflexão a despeito do tema capital social e sua conexão com a violência, em especial a violência urbana. Em uma primeira abordagem, torna-se relevante um resgate sobre a origem e os diversos enfoques de pensamento sobre o assunto, destacando-se a visão de Robert Putnam, James Coleman e Pierre Bourdieu; em seguida, evidencia-se a relevância e algumas aplicações concretas do conceito de capital social; e por fim observa-se um

paralelo entre a cidade de Bogotá e a do Recife no que diz respeito à participação do capital social como instrumento em políticas públicas de combate da violência urbana e recuperação gradativa do tecido da sociedade.

2. UM OLHAR SOBRE O CAPITAL SOCIAL

Por volta de 1916, Lyda J. Hanifan menciona, pela primeira vez, o conceito de capital social, no artigo “*The Rural School Community College*”, publicado no *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, nesse mesmo ano. Motivado por sua profissão de supervisor de escolas, em West Virgínia, Estados Unidos, ele destacou a importância da participação comunitária no desempenho escolar. Hanifan ao observar centros comunitários de escolas rurais percebeu que a diminuição da sociabilidade e das relações de vizinhança na população local era advinda da elevação do grau de pobreza. Para ele a cooperação e o hábito das pessoas se relacionarem por diversas razões, sejam elas econômicas, sociais, políticas, religiosas ou mesmo de lazer, proporcionariam benefícios a toda a comunidade uma vez que essa teia, esse capital social, poderia ser canalizada para o bem-estar de todos. Para Hanifan, capital social compreendia:

“Aqueles substâncias tangíveis que contam para a maioria nas vidas diárias das pessoas: isto é gentileza, companheirismo, simpatia, e convívio social entre indivíduos e famílias que compõem uma unidade social.(...) Se ele mantém contato com seu vizinho e este com outros vizinhos, haverá uma acumulação de capital social, que pode imediatamente satisfazer suas necessidades sociais e produzir uma potencialidade social suficiente para um crescimento substancial das condições de vida na comunidade inteira. A comunidade como um todo será beneficiada pela cooperação de todas as suas partes, enquanto o indivíduo encontrará em suas associações as vantagens de apoio, simpatia e companheirismo de seus vizinhos” (HANIFAN, 1916 *apud* PUTNAM, 2000).

O capital social compõe-se de “relações sociais institucionalizadas”, ou seja, daquelas relações que apresentam “acúmulo de práticas sociais e culturalmente incorporadas na história das relações” da sociedade ou de seus segmentos (MORAES, 2003).

A partir dos anos 90 o tema capital social torna-se cada vez mais presente nas universidades, principalmente nos estudos ligados às ciências econômicas, sociais e políticas educacionais, tendo destaque também no ramo da geografia cultural através das

reflexões de Paul Claval. Para ele “as realidades que refletem a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São a expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de idéias. As relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço têm uma dimensão psicológica e sociopsicológica. Nascem das sensações que as pessoas experimentam e das percepções a elas ligadas. Exprimem-se por meio de práticas e habilidades que não são completamente verbalizadas, mas que resultam de uma atividade mental; estruturam-se pelas preferências, conhecimentos e crenças que são o objeto de discursos e de uma reflexão sistêmica” (CLAVAL, 2001).

Uma das grandes contribuições para os estudos sobre o capital social advém de Robert Putnam. Esse autor entende o capital social como consequência de um processo de longo prazo. Seu enfoque refere-se aos aspectos das organizações sociais, tais como as redes, as normas e a confiança, que permitem a ação e a cooperação para o benefício mútuo em qualquer nível dentro de uma sociedade.

Em 1993, uma de suas principais obras, *Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy*, conhecida como MDW, retrata, o comportamento do capital social no distinto processo de desenvolvimento entre o Norte e o Sul da Itália. Um dos pontos fundamentais considerados por Putnam refere-se à questão do nível de integração cívica de uma comunidade. Esse nível de civismo se manifestaria com base na qualidade da atuação pública dos cidadãos, e por uma estrutura social assentada na confiança e na colaboração entre os atores permitindo relações de tratamento igualitárias.

Essa integração mais ou menos cívica reflete diretamente em sua organização e conseqüentemente nos estoques de capital social como, confiança, normas, associativismo, cooperativismo e sistemas de participação que tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente, a “inexistência dessas características na comunidade não-cívica também é algo que tende a auto-reforçar-se. A deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos” (PUTNAM, 2000).

Sendo assim, nem sempre o capital social traz efeitos positivos, haja vista, por exemplo, que associações de grupos terroristas, motivados por interesses diversos também consiste em um reflexo de organização desse capital.

No caso da Itália, os recursos sociais, econômicos e administrativos constituíam a principal diferença entre o Norte e o Sul. Putnam analisa dois pontos fundamentais para se chegar ao conceito de comunidade cívica, são eles o desempenho institucional e a

qualidade dos cidadãos. Para o autor o ponto central do problema do desnível regional na Itália não estava na distribuição dos recursos nacionais para as diversas escalas locais, mas em seu quantitativo e forma de gerenciamento. Foi constatado que o desempenho institucional do Norte era melhor que no Sul. Para se chegar a este fato, foram levadas em consideração três dimensões fundamentais, são elas: a continuidade administrativa, as deliberações sobre as políticas e a implementação das políticas. “Enquanto no Norte predominaram repúblicas comunais, voltadas para mecanismos e arranjos de envolvimento do cidadão, com compromisso público, no Sul prevaleceu uma forte monarquia, criando, assim, ao longo do tempo, uma não-preocupação com questões públicas, ou seja, um sentimento de não-pertencimento, cujo dever cívico foi atrofiado” (BAQUERO e CREMONESE *apud* BORBA e SILVA, 2006).

Essa reflexão sobre o estudo do caso Italiano nos leva ao seguinte questionamento: Em que nível encontra-se o civismo no Brasil? Como anda o desempenho das instituições? Será que é possível criar em uma comunidade condições para o desenvolvimento do seu civismo? Como isso aconteceria no Brasil?

Longe de responder a essas questões nesse artigo, ressalto a importância de se pensar em como entendê-las e viabilizá-las.

Outra luz de grande valor sobre o campo do capital social é a de Pierre Bourdieu, que o define como

conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedade comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU *apud* BAQUERO e CREMONESE, 2006).

Para o autor as redes de intercâmbio social não são produzidas de maneira natural, e sim resultado de ações estratégicas, em consequência de iniciativas conscientes ou não, individuais ou coletivas que servem para reproduzir ou estabelecer as relações sociais. Bourdieu ressalta que os membros de um grupo asseguram um conjunto de recursos atuais ou potenciais de acordo com a permanência e a proximidade de suas redes.

Nos anos 80, juntamente com Putnam e Bourdieu, James Coleman observa o capital, considerando em sua ótica o seu papel na educação. Para Coleman o capital social pode ser

definido como recursos sociais (crença na estrutura social, relações de amizade e confiança, dentre outros) seus efeitos no funcionamento do sistema social (DIAS JÚNIOR, 2001).

Coleman ressalta que o capital social nunca é propriedade particular, pertence às pessoas que participam de uma organização, ativando a estrutura social e a relação entre seus agentes. Tanto que pode facilitar ou prejudicar o contexto de uma estrutura, dependendo dos seus objetivos. Coleman especifica três formas de capital social: a primeira lida com o nível de confiança e a real extensão das obrigações existentes em um ambiente social (o capital social é elevado onde as pessoas confiam umas nas outras e onde essa confiança é exercida pela aceitação mútua de obrigações); a segunda forma diz respeito aos canais de trocas de informações e idéias; e a terceira refere-se às normas e sanções que encorajam os indivíduos a trabalharem pelo bem comum, abandonando interesses próprios e imediatos, Essas três formas de capital social se relacionam entre si e, se houver depreciação todos perdem (COLEMAN *apud* BAQUERO e CREMONESE, 2006).

Contudo, o capital social, embora não seja tão antigo, já possui uma notável trajetória no campo das Ciências Sociais, sendo também usado como instrumento de avaliação da capacidade e qualidade governamental (BAQUERO e CREMONESE *apud* BORBA e SILVA, 2006).

3. RELEVÂNCIA E INSTRUMENTALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Nos últimos anos, o trabalho com o conceito de capital social vem se mostrando de grande relevância, dada a sua praticidade em medir vários indicadores, como o desempenho institucional, sem necessariamente enfatizar a questão econômica e outros vetores socioeconômicos. Permite uma análise mais acurada de eventos focados mais diretamente no material humano que compõe a sociedade, seja no campo do capital social individual ou mesmo do comunitário.

O argumento de Durston (2003) é de que o capital social individual é percebido nas relações sociais mais próximas, entre duas pessoas, por exemplo, demonstrando o seu caráter dualista. Por outro lado, o capital social comunitário atua em um âmbito coletivo, complementando, em parceria, os serviços públicos de cada comunidade, fortalecendo o associativismo até mesmo na esfera empresarial. Para este autor o paradigma do capital social propõe que as relações estáveis de confiança, reciprocidade e cooperação podem contribuir, dentre outras coisas, para produzir bens públicos e facilitar a constituição de

organizações de gestão, de atores sociais e de sociedades civis saudáveis (DURSTON, 2000).

A interação entre os agentes sociais é pré-requisito para a criação de confiança generalizada e reciprocidade, viabilizando o corporativismo e adensando a coesão da sociedade (PUTNAM, 2000).

Existem inúmeros exemplos em que o capital social tem sido impulsionado pelo desejo de promover uma melhor qualidade de vida da comunidade.

Podemos citar alguns casos como a construção da Villa El Salvador, no Peru, em que foi desenvolvido um trabalho comunitário por um grupo de promotoras de saúde, que proporcionou, dentre outros resultados, a inserção como promotoras até sua atual posição social como líderes comunitárias capazes de oferecer seus serviços a outros setores públicos e privados a partir de sua experiência; as feiras de alimentação popular na Venezuela, em que famílias inscritas têm garantido duas refeições gratuitas por dia, que são elaboradas em casas populares de moradores locais na área de Petare, uma das maiores favelas do mundo, com cerca de 1 milhão de habitantes; além da instituição do Orçamento Participativo em centenas de municípios da América Latina (KLILSBURG, 2000). Uma das experiências mais notáveis foi a criação do Banco Grameen, em Bangladesh, que se tornou o primeiro banco do mundo especializado em microcrédito, visando erradicar a pobreza no mundo (YUNUS, 2000). No caso brasileiro, cabe destacar a experiência de constituição de capital social em escolas de samba no Rio de Janeiro (COSTA, 2003).

Contribuindo para essa abordagem, Coleman também demonstra como o capital social se manifesta nas relações sociais destacando algumas situações.

O primeiro exemplo refere-se ao comércio de diamantes; a negociação neste tipo de mercado é bastante restrita, exigindo um alto grau de confiabilidade entre os envolvidos. Nessas relações alguns tipos de associações são bastante valorizados como as familiares, comunitárias ou religiosas.

O segundo exemplo destacado por Coleman se refere a atuação dos estudantes sul-coreanos nas manifestações contra as ações do seu governo. Nesse caso, os estudantes são, em sua grande maioria, são pertencentes ao mesmo círculo de relações como à mesma escola, ao mesmo bairro ou à mesma igreja. Esse tipo de associação fomentou a criação de espaços de estudo e engajamento onde eram organizados os protestos.

O terceiro e último exemplo de Coleman ocorre nos mercados populares da cidade do Cairo, Egito. Esse tipo de atividade é caracterizado pela presença dos laços familiares, que atuam indicando outros estabelecimentos caso não tenha a mercadoria procurada ou

quaisquer outros motivos. Enfim, a grande motivação centra-se em proporcionar uma forte estrutura social capaz de consolidar os elos familiares auxiliando seus membros em momentos difíceis da vida.

E por último, podemos citar também, em um âmbito espacial, mais local, as associações rotativas de crédito, conhecidas como “pirâmides de crédito”, muito comuns entre moradores de uma mesma rua em vários bairros do Recife. Trata-se de uma situação que enfatiza a obtenção da cooperação espontânea para a produção de bens coletivos.

Através destes exemplos observamos como o capital social age na sociedade, de maneira nem sempre atrelada à esfera econômica, embora ela seja imprescindível.

Além dos casos exemplificados acima, em que o capital social se mostra não apenas como uma corrente de reflexão sobre a composição e dinâmica da sociedade, mas também como uma ferramenta que se concretiza mediante essas experiências. Outro ponto de vista passa a ganhar importância nos últimos anos, a relação do capital social com a violência urbana.

4. BOGOTÁ E RECIFE: REALIDADES SEMELHANTES, ATITUDES DISTINTAS

Nos últimos anos, tornou-se notório o empenho para idealizar e implantar medidas de combate a violência urbana das autoridades de Bogotá, na Colômbia. Mesmo em um país assolado com tantos focos de urgência como a guerrilha das Farc, o narcotráfico e degradantes indicadores sociais, foi possível, mediante mudanças de ações no setor de segurança pública, nos últimos dez anos, reverter a posição de cidade mais violenta da América Latina para uma das metrópoles com menor índice de assassinatos do continente.

Em entrevista ao jornalista Eduardo Machado, do Jornal do Commercio, no ano de 2006, o prefeito da cidade de Bogotá que assumiu o Programa Cultura Cidadã, em 1995, Antanas Mockus revelou que no ano de 1993 os altos índices de homicídios em Bogotá chegaram a mais de 80 por 100 mil habitantes e que no ano de 2005, a taxa foi de 23 por 100 mil habitantes.

Segundo o *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008*, elaborado com dados referentes ao ano de 2006, Recife ficou na segunda colocação nacional com relação às taxas de homicídio entre a população juvenil, com cerca de 214,3, e na nona posição, entre os 556 municípios com maiores taxas de homicídio, com 90,5 mortes por 100 mil. A primeira entre as capitais brasileiras nessa categoria. O ranking preocupante não pára por aqui. Podemos destacar ainda que entre os 200 municípios com maior número de homicídios na população total e na população jovem, em 2006, no Brasil, Recife ocupa a 3ª

colocação em ambas as categorias, com um total de 1.375 e 636 mortes respectivamente. Quando analisado, os homicídios por armas de fogo no total da população e a cada grupo de 100 mil habitantes, Recife encontra-se respectivamente nas 3ª e 4ª posição, com 1.198 mortes e uma taxa de 79,2 a cada 100 mil habitantes.

As estatísticas da mortalidade evidenciam o resultado de um processo que não pôde ser evitado. É a conseqüência que esconde um problema muito maior. A incapacidade de regeneração do tecido social. Ao constatar que a grande parte das vítimas são jovens entre 15 e 24 anos, percebe-se que a possibilidade de renovação e oxigenação da sociedade encontra-se prejudicada.

Os dados dessa corrosão do capital social são incisivos. Segundo a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE), entre os dias 26/07/2006 e 30/11/2006 o balanço dos homicídios de jovens-adultos com idade entre 15 e 24 anos foi de um total de 326 óbitos, dentre os quais 311 homens e 15 mulheres. O banco de dados do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) em parceria com o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) calculou que entre 2000 e 2003 foram 5.534 assassinatos, 4.952 por arma de fogo, sendo, 92,77% do sexo masculino e 7,2% do sexo feminino, na RMR, entre vias públicas, residências e outros. Desse montante 29,83% das vítimas eram jovens entre 15 e 24 anos. Nessa mesma análise realizada pelo MNDH/GAJOP, constatou-se que 2002 registrou o menor índice de mortalidade por assassinato nas faixas etárias de 15 a 24 anos, aproximadamente 6,79%. Mesmo assim os números reais assustam.

O Ministério da Justiça, a partir dos dados de 2002 do Ministério da Saúde/Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), apontam na RMR, para essa mesma faixa etária, um total de 1.065 homicídios, sendo 1.022 para o sexo masculino e 43 para o sexo feminino. Aproximadamente 44,8% dos 2.373 registrados na população total daquele ano.

No entanto, mesmo guardando as devidas proporções com relação à população absoluta, bem como a outros indicadores sócio-econômicos da cidade de Bogotá e do Recife, os números são alarmantes. Contudo alguns questionamentos são pertinentes. O que é necessário para que o Recife consiga êxito no combate à criminalidade? Os meios para reduzir consideravelmente a violência em Bogotá nos últimos 13 anos funcionariam na capital Pernambucana? O exemplo de Bogotá seria uma esperança concreta para o Recife? Como Bogotá conseguiu êxito diante da criminalidade?

Assim como no Recife, a maior parte das mortes por homicídio em Bogotá relaciona-se a brigas banais, vinganças e acertos de contas. O principal agente a ser atingido deveria

ser o próprio cidadão. “Não construímos um muro entre os bandidos e os cidadãos. Nossa visão era de que cada pessoa podia melhorar sua conduta em algum ponto e isso contribuiria para uma sociedade mais harmônica. A cultura cidadã fortalece e incentiva a auto-regulação e a mútua regulação, alinhando-as com a lei”, relatou Mockus em entrevista publicada em 2006, no *Jornal do Comercio*. O incentivo ao comportamento cidadão foi o primeiro passo empreendido para iniciar gradativamente uma mudança de atitude na sociedade. Buscando desenvolver na população uma sensação de pertencimento e corporativismo através, por exemplo, de campanhas contínuas de educação no trânsito (motoristas e pedestres), tendo em vista que muitas das brigas que resultavam em mortes advinham de conflitos nesse setor. Logo, essas campanhas contribuíam também para a redução dos índices de violência.

No entanto, cabe ressaltar que a pluralidade de ações está no foco das medidas que buscam a eficácia coletiva e o desenvolvimento do capital social, engendrada pela associação entre poder público, sociedade e setor privado. Medidas como a criação e revitalização de espaços públicos em áreas violentas, personificando o Estado sob a forma de benfeitorias e não apenas pela ação coercitiva da polícia, bem como a moralização e o combate à corrupção no efetivo policial, buscando recuperar a sua confiabilidade social. Em 1995, o nível de confiança dos bogotanos em sua polícia era de 17%, hoje esse percentual chega a 63%.

É nesse contexto que a busca de aumento do estoque de capital social e o combate à erosão das bases de convivência coletiva, no entanto, apresenta-se como um ativo de inestimável valor no reordenamento da política, do Estado e, portanto, da definição e efetivação de políticas públicas eficientes.

A cidade do Recife encara atualmente, como foi destacado nos dados do *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008*, anteriormente apresentados, um quadro concreto que se encontra muito aquém de uma perspectiva de melhora. Porém algumas iniciativas como o Plano Estadual de Segurança Pública - Pacto pela Vida, do Governo do Estado, já estão sendo implantadas. Um os programas de ações destacados no plano, intitulado de Intervenção Comunitária ou Social, destaca que: “A Intervenção Comunitária ou Social incorpora a idéia de alterar as condições sociais ou institucionais que podem influenciar a atividade criminosa. Trata-se de fortalecer as comunidades em situação de risco através de projetos voltados para sua população, no sentido de aumentar o capital social da comunidade. Assim, a proposta é a de implementar projetos que procurem reduzir

fatores de risco e fortalecer os fatores de proteção da comunidade contra a violência e o crime.” (PACTO PELA VIDA, p. 116).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidenciamos que debater sobre o tema violência é garantia de polêmica e conflitos de pontos de vista. Equipar a polícia com um aparato belicoso de última geração não é garantia de vitória sobre a criminalidade. Ainda em processo de construção, as reflexões acerca do tema capital social vêm contribuindo como eixo norteador de inúmeras políticas públicas em diversos países no Mundo, como o exemplo da cidade de Bogotá que associou intervenções de resgate da cidadania e fortalecimento do estoque de capital social com ações político-administrativas na composição e organização da máquina administrativa do Estado, sobretudo no setor de segurança pública.

Entender e encarar a sociedade como um bem que necessita ser mantido e conservado por todos que a compõem, fortalecendo a capacidade associativa e de confiança mútua entre os diversos atores, tem sido o maior desafio para as áreas das ciências humanas. Tendo o ser humano como eixo central dessa forma de capital, logo a sua discussão passa a ser alvo também das demais ciências, sobretudo da geografia.

Contudo, uma das abordagens do capital social é combater o individualismo e a perda do senso de pertencimento que provoca a erosão das bases de convivência coletiva. A violência epidêmica nos grandes centros urbanos, não afeta apenas aos envolvidos diretamente, mas também a capacidade regenerativa e transformadora de uma sociedade inteira, principalmente pelo abandono e morte de seus jovens e de uma revitalização no que se refere ao desenvolvimento de predisposições positivas em relação às instituições e aos políticos em geral.

6. REFERÊNCIAS

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. 2006. (Orgs). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Unijjuí. 328p.

BORBA, J.; SILVA, L.L. da. 2006. Sociedade Civil ou capital social? Um Balanço Teórico. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Unijjuí. p. 103-125.

BOURDIEU, P. 1998. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes.

CLAVAL, P. 2001. “O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana”. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ.

COSTA, M.A.N. 2003. **Samba e solidariedade: capital social e parcerias nas políticas sociais da Mangueira**. Rio de Janeiro.

DIAS JÚNIOR, C.S. 2001. **Capital social e violência: uma análise comparada em duas vilas de Belo Horizonte**. 98 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DURSTON, J. 2000. **Qué es el capital social comunitário?** Santiago de Chile: Cepal/Eclac, julio de 2000 (Serie Políticas Sociales 38).

_____. 2003. Capital social: parte Del problema, parte de La solución, su papel em La persistência y em La superación de La pobreza em América Latina y El Caribe. In: ATRIA, R. et al. **Capital social y reducción de la pobreza em América Latina y el Caribe: en busca de um nuevo paradigma**. Santiago de Chile: Cepal/Universidad Del Estado de Michigan, enero de 2003. p. 147-202.

JORNAL DO COMMERCIO, Recife, 30/04/2006.

JORNAL DO COMMERCIO, Recife, 03/05/2006.

KLIKSBERG, B. 2000. “El rol Del capital social y de la cultura em el proceso de desarrollo”. In: KLIKSBERG, B.; TOMASSINI, L. **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina. p. 19-58.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Análise da Distribuição dos Homicídios nas Regiões Metropolitanas – Recife**. Disponível em: http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/homicidios/estat_hom_recife.htm Acesso em: 26/01/2007.

MORAES, J.L.A. de. 2003. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, S.M. de S. (Org.). **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (MNDH) & GABINETE DE ACESSORIA JURÍDICA ÀS ORGANIZAÇÕES POPULARES (GAJOP). **Mapa da violência na Região metropolitana do Recife - período 2000 a 2003**. Disponível em: <http://www.gajop.org.br/bdados/bdados.htm> Acesso em: 26/01/2007.

PACTO PELA VIDA: Plano Estadual de Segurança Pública. Fórum Estadual de Segurança Pública. **Plano Estadual de Segurança Pública**. Recife, Pernambuco. 151p. maio de 2007.

PUTNAM, R.D. 2000. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster Paperbacks.

PUTNAM, R. D. 2000. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO (SDS-PE). **Relação diária de ocorrências de interesse policial com resultado morte**. 2006. Disponível em: <http://www.sds.pe.gov.br/> Acesso em: 22/01/2007.

WAISELFISZ, J.J. 2008. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008**. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, 1º Edição.

YUNUS, M. 2000. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática.